

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CMADS

### REQUERIMENTO N.º , DE 2019 (Do Deputado Nilto Tatto)

Requer a realização pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS de seminário para analisar e debater tendências e dinâmicas recentes do desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, bem como lições de iniciativas voltadas para a sua prevenção e controle.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, inciso III, combinado com o art. 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a V. Exa. a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para analisar e debater tendências e dinâmicas recentes do desmatamento e queimadas na Amazônia, bem como experiências de iniciativas voltadas para o seu enfrentamento, a exemplo do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e o Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia – PPCDAm.

Para abordar essa temática, propomos que seja organizado um seminário com previsão do seguinte formato e lista de convidados:

#### **Abertura**

#### **Sessão 01: Desmatamento e Queimadas na Amazônia Brasileira: Tendências e Dinâmicas Recentes**

##### Mesa 01:

- Claudio Almeida, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE
- Paulo Barreto - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON
- Ane Alencar – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM
- Mariana Napolitana – Representante do WWF

##### Mesa 02

- Representante da Comissão Pastoral da Terra
- Representantes de movimentos sociais (APIB/COIAB, MST, MAB, Aliança dos Rios da Panamazônica)
- Alessandra Cardoso – Representante do INESC
- Representante da ASCEMA

#### **Intervalo para Almoço**

#### **Sessão 02: Experiências e Lições na Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas**

- Adriana Ramos – Instituto Socioambiental - ISA
- Representante da ATIX / Povo Indígena Kayapó
- Brent Millikan – International Rivers - Brasil
- Representante da 4ª CCR/MPF
- Marcio Astini – Greenpeace

#### **Sessão 03 – Olhando para Frente: Ameaças, Oportunidades e Desafios**

- Andre Lima – Instituto de Desenvolvimento Sustentável – IDS

- Representante da APIB/COIAB
- Representante do Instituto Ethos
- Felício Pontes – Procurador Regional da República - MPF
- Marcio Santilli – Instituto Socioambiental – ISA

## Conclusões e Encaminhamentos

### JUSTIFICATIVA

A elevação significativa no número de queimadas na Amazônia brasileira, na esteira de uma elevação alarmante no ritmo do desmatamento nos últimos meses tem provocado alarme e manifestações de protesto no Brasil e em diversos países do mundo.

De janeiro a agosto deste ano foram verificados 46.825 focos ativos de queimadas no bioma amazônico pelo INPE, um aumento de 111% em relação ao mesmo período no ano passado. Somente em agosto de 2019, foram registradas 30.901 queimadas, um aumento de 196% em comparação a agosto de 2018 e o maior número dos últimos 9 anos.<sup>1</sup> O período de seca de 2019 tem sido mais brando na Amazônia do que os três anos anteriores, não justificando a explosão no número de focos de calor, conforme nota técnica do IPAM.<sup>2</sup>

De acordo com dados do DETER/INPE, utilizados para orientar operações de fiscalização, a área sob alerta de desmatamento na Amazônia nos meses de junho a agosto de 2019 teve alta de 203,5% em relação ao mesmo período de 2018. De junho a agosto de 2019 foram 4.892,4 km<sup>2</sup> em áreas com desmatamento sob alerta, enquanto no mesmo período de 2018 foram 1.611,7 km<sup>2</sup>. Se analisado somente o mês de agosto nestes dois anos, o aumento foi de 223%. No acumulado de janeiro a agosto deste ano, foram 6.404,3 km<sup>3</sup> sob alerta contra 3.336,9 km<sup>2</sup> no mesmo período de 2018 – alta de 92%.<sup>3</sup>

Os dados disponíveis para 2019 indicam que há uma correlação entre incêndios e novos desmatamentos na Amazônia brasileira. Segundo um levantamento do WWF-Brasil, entre janeiro e agosto de 2019, um terço dos focos de queimadas registrados pelo INPE foi identificado em áreas que, até julho de 2018, eram cobertas por florestas.<sup>4</sup> Os dez municípios que tiveram mais queimadas florestais em 2019 também são os que tiveram as maiores taxas de desmatamento. Esses municípios são responsáveis por 37% dos focos de calor em 2019 e por 43% do desmatamento registrado até o mês de julho.<sup>5</sup>

De acordo com dados do IPAM, 33% das queimadas registradas na Amazônia entre janeiro e agosto de 2019 ocorreram em propriedades privadas, enquanto 20% dos focos de incêndio registrados no mesmo período foram localizadas dentro de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas).<sup>6</sup> A WWF-Brasil identificou uma tendência de elevação nas áreas com alertas de desmatamento dentro de áreas protegidas nos últimos três anos: 11% em 2017, 13% em 2018 e 17% em 2019. Como exemplo alarmante desta tendência em 2019, o território indígena de Areões, no estado de Mato Grosso, teve pico de queimadas mesmo depois de ação do IBAMA e da Polícia Federal (PF), teve 46 focos de queimadas no sábado, 31/08, segundo dados do DETER/INPE.<sup>7</sup>

Segundo o IPAM, entre janeiro e agosto de 2019, a quantidade de queimadas em florestas públicas não destinadas respondeu por 20% do total, e nas áreas sem informação cadastral, com 10%. O aumento

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/01/agosto-tem-o-maior-numero-de-focos-de-queimadas-na-amazonia-dos-ultimos-9-anos-segundo-o-inpe.ghtml>

<sup>2</sup> [https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NT-Fogo-Amazônia-2019-1\\_2.pdf](https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NT-Fogo-Amazônia-2019-1_2.pdf)

<sup>3</sup> <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/10/alertas-de-desmatamento-na-amazonia-sobem-203percent-de-junho-a-agosto-em-relacao-ao-mesmo-trimestre-de-2018.ghtml>

<sup>4</sup> <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/08/um-a-cada-tres-focos-de-queimada-na-amazonia-esta-relacionado-com-desmatamento-diz-wwf.ghtml>

<sup>5</sup> Os municípios listados pelos pesquisadores do IPAM, por ordem dos [focos de incêndio](#), são: Apuí (AM), Altamira (PA), Porto Velho (RO), Caracará (RR), São Félix do Xingu (PA), Novo Progresso (PA), Lábrea (AM), Colniza (MT), Novo Aripuanã (AM) e Itaituba (PA).

<sup>6</sup> [https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NT-Fogo-Amazônia-2019-1\\_2.pdf](https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NT-Fogo-Amazônia-2019-1_2.pdf)

<sup>7</sup> <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/09/03/territorio-indigena-areoes-tem-pico-de-queimadas-mesmo-depois-de-acao-do-ibama-e-da-pf-contra-fogo.ghtml>

de queimadas nestas categorias sem governança definida, que representam juntos um terço do número de focos de fogo nos primeiros oito meses de 2019, indicam o aumento do desmatamento e queimadas pode estar associado a práticas de grilagem de terras públicas.

Os impactos negativos de processos acelerados de desmatamento e queimadas na Amazônia são gravíssimos, especialmente sob a ótica de mudanças climáticas regionais e globais, perdas da biodiversidade, e conflitos sociais que têm incluído expulsões de agricultores familiares e comunidades tradicionais, assassinatos de lideranças de movimentos sociais e o etnocídio de povos indígenas.

O desenvolvimento de estratégias efetivas de enfrentamento do atual quadro alarmante de aceleração do desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira requer uma sólida compreensão de suas tendências e causas (dinâmicas), bem como o aproveitamento de experiências recentes voltadas para a sua prevenção e controle, de grande relevância de termos de resultados e lições. Nesse sentido, existe uma série de iniciativas inovadoras que precisam ser valorizadas, a exemplo do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) e o Fundo Amazônia.

Tais esforços de análise devem passar necessariamente pelo aproveitamento das contribuições de diversos setores da sociedade brasileira, contemplando a academia, poder público, movimentos sociais, entidades socioambientais e setor privado. O presente seminário foi desenhado justamente para atender a essa demanda, num contexto em que o poder legislativo assume um papel cada vez mais importante para garantir o diálogo democrático sobre um tema da maior relevância e urgência para todos os brasileiros e todo planeta.

**Deputado Nilto Tatto**  
**PT/SP**

Sala das Comissões, 02 de outubro de 2019